

Senado aprova, por 42 votos a 2, acordo da dívida externa

22 DEZ 1992

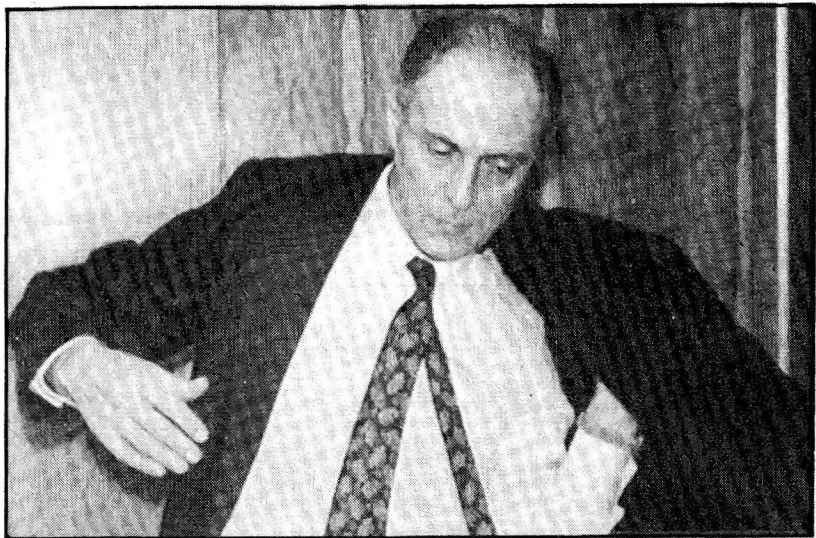
O GLOBO

12-4-91

BRASÍLIA — Depois de cinco sessões de debates, o Senado Federal aprovou ontem, por 42 votos a dois, o relatório do senador José Fogaça (PMDB-RS) sobre o acordo para a renegociação da dívida externa com os credores privados. Votaram contra o relatório os senadores José Paulo Bisol (PSB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Este chegou a apresentar seis emendas ao projeto de resolução, mas todas foram rejeitadas. Para Suplicy, foi um erro o Senado aprovar o acordo (fechado em julho último) antes da aprovação do ajuste fiscal.

Pelo projeto do senador Fogaça, entre julho e setembro de 1993, o acordo voltará à apreciação do Senado Federal no que se refere à escolha do leque de opções feito pelos credores para a troca de bônus da dívida. Segundo Fogaça, a apreciação dos senadores é importante para impedir que a troca de bônus implique uma carga maior de pagamento da dívida. Ele destaca, porém, que esse foi o melhor acordo fechado até hoje, já que poderá significar uma redução da dívida de até 35%. Um documento do Banco Central, no entanto, prevê que a redução deverá ficar entre 22% e 28%.

Na votação de ontem, o presidente da mesa, Saldanha Derzi (PRN-MS), insistiu na convocação dos senadores para que houvesse quórum mínimo para a votação, que era de 42 senadores. Suplicy pediu a verificação de quórum, na expectativa de adiar a aprovação do acordo. Sobre a posição do Ministério da Fazenda de que o acordo foi um dos melhores fechados até agora, Suplicy comentou que, devido à pressa com que foi discutido, não foi possível discutir as condições do acordo de uma forma mais aprofundada.



Para Suplicy, foi um erro o Senado aprovar o acordo antes do ajuste fiscal

Novo mercado comum é criado na Europa

VARSOVIA — Polônia, Hungria e as Repúblicas Checa e Eslovaca asinaram ontem em Cracóvia, na Polônia, o tratado de criação de uma nova zona de livre comércio na Europa, compreendendo um mercado consumidor de 55 milhões de pessoas, que entrará em vigor a 1 de março de 1993. As negociações para a criação do novo mercado comum foram difíceis, devido à separação da antiga Tchecoslováquia em duas repúblicas e à disputa entre Hungria e Eslováquia pela represa de Gabčíkovo, no Rio Danúbio. Outro complicador foi a constatação, pelos quatro países, de que suas economias pouco têm de complementares e são bastante rivais. Por isso, a integração completa só acontecerá no ano 2001.